

**Exmo. Sr.  
Presidente da Comissão Parlamentar do Trabalho  
Segurança Social e Administração Pública  
Deputado Ramos Preto**

**Lisboa, 28 de Fevereiro de 2010**

**Assunto: PEDIDO DE AUDIÊNCIA**

Exmo. Sr. Deputado

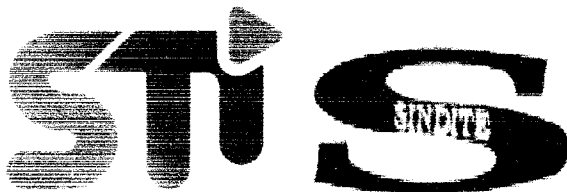
Em recentes declarações do Sr. Secretário de Estado da Administração Pública à comunicação social, foi dado a conhecer a intenção do Governo de congelar todas as negociações das carreiras especiais de Administração Pública, abrangendo cerca de 30 mil trabalhadores.

As razões evocadas para esta discriminação negativa foram exclusivamente financeiras.

Perante tal facto, bem como a diversidade de sectores profissionais atingidos - diplomatas, alfandegas, diagnóstico e terapêutica, investigação, impostos, oficiais de justiça, polícias municipais e guardas prisionais, decidiram os respectivos sindicatos reunir, tendo em vista avaliar a situação própria de cada grupo de trabalhadores.

Esta reunião ocorreu no dia 16 de Fevereiro de 2011, nas instalações do Sindicato das Ciências e Tecnologias da Saúde, em Lisboa, tendo-se concluído:

1. Em nenhum dos processos negociais, bloqueados ou suspensos, estavam em causa prioridades determinadas por factores de ordem financeira.
2. Deste bloqueamento / suspensão, estão a resultar processos de degradação sucessiva do enquadramento e organização dos recursos humanos, cujas consequências podem ser desastrosas para a qualidade desejável dos serviços públicos.
3. A falta de respeito e dialogo institucional que as Tutelas vêm mantendo com os sindicatos, está a abalar um dos pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático Português, por exclusão das organizações representativas dos trabalhadores.
4. A estes sindicatos, sem excepção, move-os, também, a vontade de contribuir para a resolução dos problemas da Administração Pública Portuguesa.
5. Ao não serem criadas condições sérias de diálogo e negociação institucional, está a destruir-se o clima de confiança relacional e institucional, necessários à procura das melhores soluções para o capital humano do Estado Português.



Cinco (5) razões que determinaram que estes sindicatos se dirigissem à Assembleia da República, na figura da Comissão Parlamentar do Trabalho, Segurança Social e Administração Pública.

Cinco (5) razões para solicitarmos uma audiência com carácter de urgência, tendo em vista melhor explicitarmos e apresentarmos os motivos das nossas preocupações.

Certos de que V. Excelência terá na devida consideração o nosso pedido, subscrevemo-nos respeitosamente e com cordiais cumprimentos

**As Direcções Sindicais do**

**Sindicato das Ciências e Tecnologias da Saúde**

**Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos**

**Sindite**

**Sindicato dos Oficiais de Justiça**

**Sindicato Nacional das Polícias Municipais**